

DISTRIBUIÇÃO GRATUITA



Fundado em 1880 por José Henriques da Silva

S. JOÃO DA BARRA



CIRCULAÇÃO DIRIGIDA

ANO IX - Nº 110

1º A 30 DE ABRIL DE 2003 - carlosaadesa@uol.com.br

EDITOR - RESPONSÁVEL - CARLOS AA. DE SÁ

LUTO PELO PARAÍBA DO SUL

João Batista Rocha (Aecom/SJB)



A mancha negra desceu o rio, contaminou os manguezais da foz e espumou no mar. A pesca está proibida por três meses. O banho de mar foi liberado a partir do balneário.

O rio Paraíba do Sul, que abastece a cidade, irriga as lavouras do município, nos dá o peixe e trabalho aos pescadores foi seriamente atingido pelo maior desastre ecológico do país: 1,2 bilhão de litros de resíduos químicos, como soda cáustica e produtos cancerígenos, vazaram do reservatório de rejeitos da Cataguazes Papéis, quase acabou com a fauna e a flora do rio e de crustáceos e peixes. Durante muitos anos teremos que conviver com esse problema. A mancha negra invadiu o mar, interditou nossas praias e graças a uma desastrosa declaração do prefeito Betinho ao jornal O Globo, o número de turistas na Semana Santa diminuiu em cerca de 80%, prejudicando o segmento empresarial que vive do turismo.

A cidade devia vestir luto pelo rio Paraíba do Sul, cobrir-se de negro, da cor que ficaram as águas do rio. Nós não tivemos coragem de usar outra cor neste número triste.

E de quem foi a culpa? Segundo a revista JB Ecológico, a ANA - Agência Nacional de Águas apontou o ministério, que apontaram as

fundações ambientais e por aí vai. Culpados somos todos nós, que sabemos que o rio vem sendo poluído há muito tempo, um pouco a cada dia, com os picos nos desastres de 1982 com o vazamento da Paraíba Metais e agora com esse da Cataguazes Papéis, pondo em risco a nossa e a vida de nossos filhos. E soframos calados.

Nossas autoridades nunca se preocupam em tentar resolver esse problema e nós não as pressionamos. Para que elegemos vereadores, prefeitos e deputados se não tomam nossas dores? Se não podemos contar com eles para defender nossa qualidade de vida? Pensem nisso em 2004 e nas próximas eleições. Por ora cobrem deles, pelo menos, atitudes.

E cobrem também do governo do estado que a água que nos é fornecida para beber e cozinhar passe a ser captada de poços profundos, longe da poluição do Paraíba, pois desastres semelhantes certamente ocorrerão outras vezes. E nossas vidas continuarão a correr perigo. As aves aquáticas de há muito abandonaram o rio. Qualquer dia seremos nós a sair daqui.

Não é razão para ficar de luto?

PROTESTOS DO FUTURO

Foto Carlos Sá



As crianças são as mais afetadas por qualquer transtorno da vida cotidiana, em especial no que tange ao abastecimento de água. E as crianças são o futuro da cidade, do município, do esta-

do, do país.

E foram das crianças que partiram os primeiros atos de protestos. Os alunos do CEAT - Colégio Estadual Alberto Torres (foto à esquerda) levaram sua inquietação



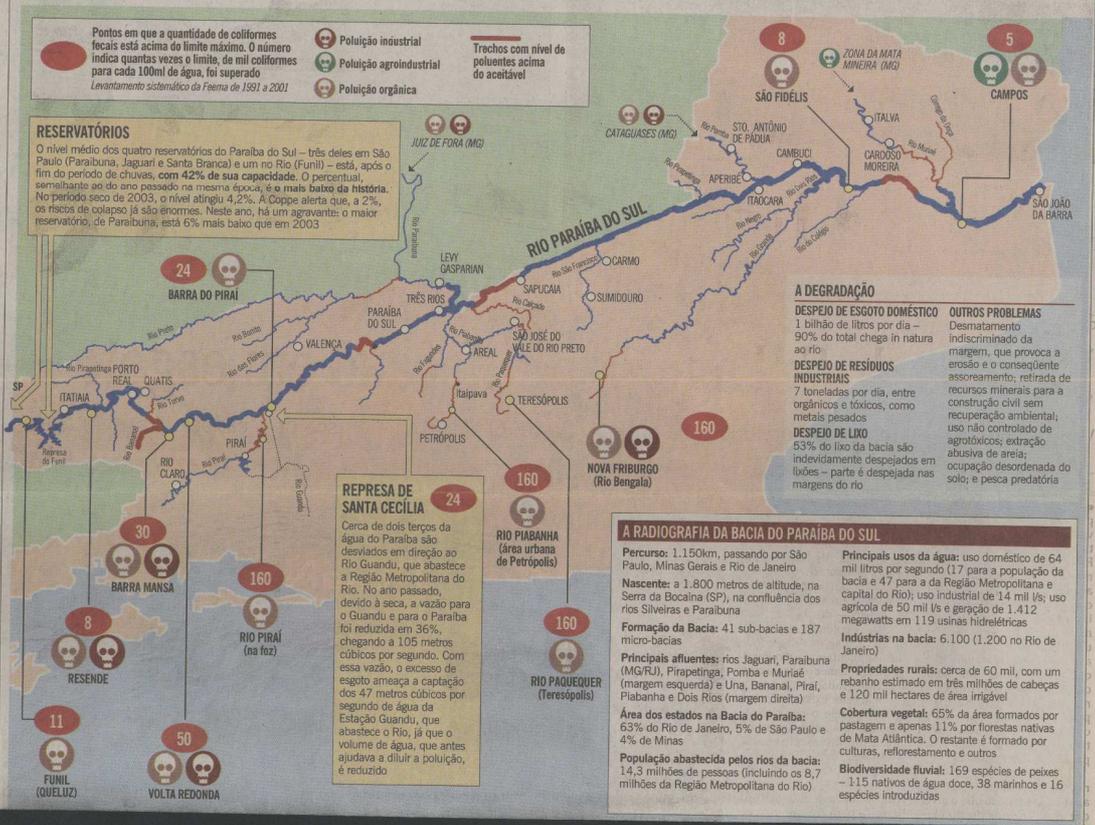
ao cais do imperador. "Dizem que somos o futuro - Não existe o futuro sem água", dizia uma das faixas afixadas no cais. Dias depois foi a vez do Colégio Cenequista São João Batista, (à direita)

atravessar a cidade levando sua indignação e dando exemplo aos acomodados. "O rio Paraíba do Sul não é lixeira", dizia uma de suas faixas. Nenhuma autoridade apareceu para solidarizar-se com eles.

MORTE ANUNCIADA: Existência de 300 represas com rejeitos industriais poluentes do lado mineiro preocupa Feema

Editoria de arte

Os problemas ao longo do curso do rio no estado



(11 de Abril de 2004)

Cataguazes ainda não tratou resíduos tóxicos

Um ano após tragédia nos rios Pomba e Paraíba, restam 1 milhão de litros de licor negro nos reservatórios

Tullio Brandão

• A imagem de peixes pulando para fora dos rios Pomba e Paraíba do Sul, sufocados com o vazamento de 1,2 milhão de litros de um licor negro tóxico proveniente de um vazamento na Indústria Cataguazes de Papel, ainda está viva na memória da população ribeirinha. Um ano depois da tragédia, eles ainda sentem os danos ambientais e, sobretudo, temem que o pesadelo se repita, já que até hoje os reservatórios da indústria falida ainda estão cheios e os resíduos não foram tratados.

Serla: Estado do Rio não corre risco

O presidente da Superintendência Estadual de Rios e Lagoas (Serla), Ícaro Moreno Júnior, visitou a indústria no mês passado e confirmou que os reservatórios ainda estão com o resíduo tóxico sem tratamento. Ele afirma, no entanto, que as obras realizadas nos dois tanques afastaram o risco de um novo acidente:

— Fizemos a recuperação do reservatório que rompeu e do outro, que estava quase rompendo. Mas ainda há obras a fazer e os resíduos industriais não foram tratados e estão nos reservatórios. Eles apresentaram um sistema de tratamento biológico dos resíduos que não foi aprovado pelo governo do Rio nem pelo de Minas.

Ícaro disse que a empresa alegou problemas com chuvas para justificar o atraso das obras e vai tentar firmar novo Termo de Ajustamento de Conduta com o Ministério Público de Minas Gerais para ampliar o prazo das obras, acertado inicialmente para durar apenas dois anos.

— O tratamento dos resí-



ANILSON, no Rio Pomba, com dois pequenos cascudos (cascudos): "Antes, pegava seis quilos de peixe"

duos já deveria ter sido iniciado, já que é apenas a primeira de três fases. Depois, ainda terão que esvaziar e fechar os reservatórios. Mas, diante do atraso, está bom se a obra acabar até o fim do governo.

A presidente da Feama, Isaura Fraga, está preocupada com o estado de outros reservatórios semelhantes existentes em Minas Gerais, próximos a afluentes do Paraíba do Sul: desse tipo, que aumentam seu passivo ambiental a cada chuva, já que o resíduo se mistura à água. Estamos pedindo ao governo de Minas um levantamento dos reservatórios.

Enquanto isso, na pequena Aperibé, próxima ao Rio Pomba, o pescador Anilson Silva Oliveira, o Nem, de 36 anos,

mostra no anzol, de um barco no meio do Rio Pomba, as marcas do acidente de 29 de março do ano passado, que destruiu a biodiversidade fluvial da região e deixou 600 mil habitantes sem água.

— Antes, eu descia a tarrafa e pegava seis quilos de peixe. Agora, para ver um peixe é difícil e, quando tem, ninguém compra nada. Outro dia, peguei uns camarões e, na venda, a senhora disse: "É do Pomba? Nem pensar..." — diz Nem, segurando dois cascudos miúdos.

Já no Paraíba, a biodiversidade do rio parece ter se recuperado mais rapidamente. Em São Fidélis, a colônia de pescadores Z-21 comemora a fatura de manjuba no rio. De acordo com o presidente, Joacy Ferreira Gonçalves, foram pesca-

das 25 toneladas só no primeiro trimestre deste ano.

Isaura Fraga explica que o dano ambiental não se prolongou porque os resíduos tóxicos não eram conservativos, portanto não se fixaram no rio. Segundo a Serla, estudos mostram que os peixes do Pomba e do Paraíba estão próprios para o consumo. Um estudo elaborado pelo engenheiro químico José Roberto Araújo, no entanto, mostra que os sedimentos de pontos por onde passou a água contaminada apresentam contaminação, ainda que em níveis reduzidos, por compostos de dioxinas e furanos, que podem provocar câncer. ■

• AMANHÃ: Os peixes deformados por contaminação do Rio Paraíba do Sul

Biodiversidade dizimada

Gabriel de Paiva/03-04-2003



O AVANÇO da mancha de poluição, 5 dias após o vazamento: em Cambuci, o pescador contempla o peixe morto nas águas enegrecidas do Paraíba

• Em 29 de março de 2003, o rompimento de uma barragem com 1,2 bilhão de litros de água contaminada com produtos químicos tóxicos da Indústria Cataguazes de Papel dizimou toda a biodiversidade dos rios Pomba e Paraíba do Sul. A mancha negra percorreu 180 Km nos dois rios antes de alcançar o mar na foz do Paraíba, em São João da Barra. O acidente, sem precedentes no Norte Fluminense, provocou a interrupção do abastecimento de água de oito cidades, prejudicando cerca de 600 mil habitantes.

A pesca e a agricultura sofreram com o acidente. No Estado do Rio, os municípios mais atingidos foram Santo Antônio de Pádua, Aperibé, Cambuci, São Fidélis e Campos. Os diretores da indústria de papel chegaram a ser presos. Mais tarde, fizeram acordo com o Ministério Público, através da assinatura de um Termo de Ajustamento de Conduta (TAC). Entre as medidas previstas, estão o tratamento dos resíduos e a limpeza da barragem, além de uma compensação para a população ribeirinha das cidades atingidas.

(11 de Abril de 2004)

Domingo, 11 de abril de 2004

MORTE ANUNCIADA




O RIO assoreado junto à Elevatória de Santa Cecília, em Barra do Pirai: a água não chega aos joelhos

UMA ILHA no meio do Rio Paraíba do Sul, em São Fidélis, agora é ponto de parada de urubus

Paraíba do Sul agoniza sufocado em esgoto

Vazão diminui e estudo do Laboratório de Hidrologia da UFRJ alerta para o risco de o carioca ficar sem água

(11 de Abril de 2004)

Tulio Brandão

• Dona Maria do Carmo sempre tirou o peixe do almoço, lavou roupa e descansou da rotina de doméstica à beira do Rio Paraíba do Sul. Mas, ultimamente, anda preocupada. É que a água, diz ela, rareou demais e o esgoto, antes um pinga na imensidão, tomou conta das margens. Maria, moradora de uma favela de Campos, tem apenas intuição ribeirinha, mas chegou à mesma conclusão que os estudiosos do Laboratório de Hidrologia da Coppe/UFRJ: o Paraíba corre o risco iminente de colapso e o Estado do Rio, de ficar sem água para beber ainda este ano.

O coordenador do laboratório, Paulo Canedo, justifica o alarme. Ele explica que o nível dos reservatórios do rio chegou apenas a 42% no auge da estação chuvosa, o mesmo do ano passado, repetindo o pior percentual da história. Em 2003, várias manobras de diminuição de vazão foram feitas para evitar a seca e chegamos a outubro com 4,2%. De acordo com ele, se o reservatório se mantiver assim até outubro (fim da época seca), o obstáculo à água potável no estado será a sujeira. Um bilhão de litros de esgoto e sete toneladas são lançados diariamente no Rio Paraíba do Sul.

— É como um cobertor curto. A diminuição da vazão compromete o volume d'água necessário para a diluição dos efluentes. Corremos dois riscos: de sofrer com falta d'água ou com a água ficar contaminada por não ter sido tratada. Calculo que haja 65% de chances de termos problemas neste ano. E, até agora, nada foi feito — critica Canedo.

Cedae afirma que a situação está sob controle

Canedo diz que a diferença em relação ao ano passado, quando as antigas regras de vazão do Paraíba foram alteradas para evitar o colapso, é a capacidade do maior de todos os reservatórios, o Parabuna, em São Paulo. Hoje, segundo Canedo, é 6% inferior à do ano passado, mesmo com as restrições impostas à vazão.

O alerta da Coppe não soa na Cedae. O diretor do órgão, Jorge Briard, diz que a Estação de Guandu — destino de dois terços da água do Rio Paraíba do Sul e responsável pela captação de 80% da água da Região Metropolitana e da capital do Rio e pelo monitoramento da qualidade da água do rio — está sob controle. Ele explica que o principal problema gerado pela escassez d'água são as cianobactérias produzidas por algas, que se propagam com o excesso de matéria orgânica não diluída.

— Se mantivermos o nível da barragem em 11,7 metros, como está hoje, não haverá problemas. A Cedae, através de um monitoramento diário, tem o crescimento da colônia de algas sob controle. No entanto, se houver diminuição

da vazão em relação ao mínimo deste ano (109 metros cúbicos por segundo), os índices poderiam cair a um nível prejudicial e teríamos que reduzir a captação para garantir a água tratada. Ainda assim, podemos aumentar a barragem. Não vejo, portanto, um risco iminente de restrição ao abastecimento — diz Briard.

Não há polémica, no entanto, quando se fala das condições ambientais do Rio Paraíba do Sul. Canedo afirma que, sem a degradação da água e das margens existente atualmente, aquele corpo hídrico não estaria à beira de um colapso. Durante uma semana, repórteres do GLOBO percorreram toda a extensão fluminense do rio — da Represa do Funil à foz, em São João da Barra — para realizar uma série de reportagens sobre o assunto.

Em toda a extensão do rio, visto da margem ou de embarcações, é possível identificar manilhas lançando efluentes domésticos e industriais sem tratamento no rio, áreas marginais desmatadas e erodidas, além de ocupações irregulares, entre outros danos ambientais.

Feema diz que esgoto é o maior problema

Para a presidente da Feema, Isaura Fraga, atualmente, o grande vilão do Rio Paraíba do Sul é o esgoto doméstico. Num levantamento feito de 1991 a 2001, os índices de coliformes fecais ultrapassam até 50 vezes no curso do rio e 160 vezes em afluentes o limite estabelecido pelo Conselho Nacional do Meio Ambiente (Conama). Para ela, a poluição industrial — principal problema do passado na bacia, gerado sobretudo pela antiga falta de controle de emissão dos efluentes da Companhia Siderúrgica Nacional — atualmente é secundário. As décadas sem fiscalização, no entanto, ainda deixam marcas: a Feema encontrou na camada fina dos sedimentos do rio em Volta Redonda 1.200 microgramas por grama de cromo. Não há padrão nacional para metal pesado, mas está quase dez vezes acima do máximo permitido pela Agência de Proteção do Meio Ambiente dos Estados Unidos.

— O alvo agora é o saneamento. Mas precisamos, mais que tudo, enterrar uma cultura enraizada na região de dar as costas para o rio. Não à toa, não há casas viradas para o Paraíba, são todas de fundo, como uma área de serviço onde jogam todo o lixo — diz Isaura.

A cultura do lixo é tão disseminada que o esgoto já foi usado como isca de peixe. É o que conta o ambientalista Roberto Silva, de Barra Mansa:

— Há uma história conhecida aqui de um senhor que pegava pedaços de fezes com a mão, misturava com fubá e pregava no anzol. É uma história repugnante, mas verdadeira. Este é o Paraíba. ■



PESCARIA NA sujeira: uma moradora de uma favela às margens do rio, em Campos, tenta pegar peixes numa saída de esgoto

Região concentra 11% do PIB do país

São 6.100 indústrias ao longo do vale em três estados

• A bacia do rio que corta três dos principais estados do país — Rio de Janeiro, Minas Gerais e São Paulo — sempre ostentou o título de mais importante para a economia nacional. Atualmente, as 6.100 indústrias instaladas no vale, tendo à frente a Companhia Siderúrgica Nacional (CSN), são responsáveis por 11% do Produto Interno Bruto (PIB) nacional. No passado, contudo, a região do Rio Paraíba do Sul foi ainda mais importante para o país. O historiador Milton Teixeira conta que, no século 19, durante o ciclo do café, a região reuniu algumas das maiores fortunas do mundo:

— Era uma das regiões mais ricas do mundo, onde habitavam figurões como o comendador Joaquim José de Souza Breves, dono de 70 propriedades e de cidades inteiras, como Mangaratiba, e bairros, como Sepetiba.

A região, antes da chegada do homem ocidental, era ocupada por índios goitacazes no Norte Fluminense e puris e coroados Rio Paraíba acima. Paraíba, em tupi, significa rio (pará) grande (iba). Os indígenas foram caça-

dos para trabalhar em lavouras. O solo, com pequenas ondulações que escoavam no rio, à época era considerado ideal para o café. Além disso, as estações definidas (seca e chuvosa) da região facilitavam essa cultura. Assim, segundo Teixeira, em 1780 o chamado "outro verde" chegou ao vale, pelas mãos de mineiros, próximo ao Rio Parabuna.

— Dali, espalhou-se como uma mancha de tinta por diversas cidades, como Resende, Valença, Piraí, Mendes, Vassouras, que logo tornaram-se grandes centros produtores de café. Na safra de 1884/1885, só no Vale do Paraíba, foram colhidos 2,6 milhões de sacas de café — lembra Teixeira.

O solo logo chega à exaustão e filhos de pioneiros cafeicultores abandonaram o negócio. A agricultura e a pecuária tornaram-se, então, uma alternativa. As primeiras indústrias surgem do beneficiamento de alimentos, como leite e carne, no fim do século 19. Logo estradas cortando os três estados do vale são abertas e, em 1941, surge na região a Companhia Siderúrgica Nacional.



MERGULHO NA poluição: um morador de uma favela de Campos pula no rio junto à saída de esgoto

Recuperação custaria R\$ 3 bilhões

• O colapso seria evitado se o Rio Paraíba do Sul fosse um corpo saudável — matas ciliares armazenariam mais água, os efluentes tratados não comprometeriam a captação, entre outras vantagens. Mas, depois de quase quatro séculos de ocupação predatória, o homem terá de pagar um preço alto se quiser recuperar o rio: R\$ 3 bilhões, segundo o Comitê Para a Integração da Bacia Hidrográfica do Rio Paraíba do Sul (Ceivap).

Sem verba para isso, municípios da margem anunciarão apenas estações de tratamento de esgoto, mas a obra que, segundo especialistas, acabaria com o risco iminente de colapso teria de ser feita no Rio Guandu. Pouco antes da captação da Cedae, três afluentes — Poços, Ipiranga e Queimados — poluem drasticamente a água num ponto próximo à estação. Por causa da concentração de efluentes, a vazão no Paraíba para o Guandu deve ser maior que o dobro do captado, segundo o Ceivap. O prefeito de Resende, Eduardo Meoñas, que preside o Ceivap, já tem a obra orçada.

— A solução paliativa, mais barata, seria desviar o curso desses rios, a um custo de R\$ 15 milhões, mas o certo seria tratar a água definitivamente.

(11 de Abril de 2004)

MORTE ANUNCIADA

A guerra do Paraíba do Sul com o mar

Segundo geólogos, redução do volume de água é responsável por destruição de casas em Atafona

Tulio Brandão

• O Rio Paraíba do Sul e o mar lutam há milênios pelas terras da Praia de Atafona. A arena é São João da Barra. Se computadas todas as batalhas, as águas fluviais estão em vantagem: os sedimentos levados para o encontro da água doce com a salgada fizeram com que o litoral avançasse sete metros por ano durante os últimos cinco milênios. Mas, nas últimas duas décadas dessa guerra, o mar reagiu, destruindo cerca de 400 casas, num avanço de 7,5 metros por ano. Dizem alguns geólogos, no entanto, que a reação aconteceu depois que a foz perdeu volume d'água.

Estudos mostram que o rio perdeu força com o desvio de quase 70% de seu volume d'água para o Rio Guandu, há mais de 50 anos. Também contribuíram para a situação sucessivas degradações ambientais que provocaram a redução do volume d'água. Cláudio Limeira, professor de geologia e geociências da UFRJ, acredita que a erosão esteja associada à reduzida vazão:

— O rio ainda está lá, a tendência, a longo prazo, ainda é avançar sobre o mar, mas, com a vazão diminuindo ano a ano, isso se inverte. Surge a erosão. A queda no volume d'água foi provocada pelo homem, e não apenas pela barragem. A degradação fez com que o rio tenha períodos de seca e inundações frequentes.

Erosões de 700 metros em outros períodos

O geólogo da Universidade Federal Fluminense (UFF) Kleverton Guizan concorda que a foz sem força acentua a erosão. No entanto, acha que a erosão estaria acontecendo mesmo sem o problema no rio.

— A diminuição da capacidade sedimentar do rio contribuiu, mas constatamos que já houve erosões naturais de 700 metros em alguns períodos. Nos últimos 20 anos, o mar avançou 150 metros na costa, como comprovamos em estudos de campo. Isso pode ser parte de um período natural de erosão, só não sabemos qual é

Conheça a geologia do Paraíba do Sul

Alguns geólogos garantem que a foz do rio é determinante na erosão ou no alargamento da faixa litorânea. O esquema abaixo mostra a foz antiga do Paraíba do Sul, no Cabo de São Tomé. Desde que o curso do rio foi desviado para desembocar em Atafona, há 6 mil anos, a faixa litorânea próxima à antiga foz foi erodida. Em São João da Barra, ao contrário, a costa avançou e só perdeu espaço nos últimos 20 anos, segundo alguns especialistas, por causa do enfraquecimento do rio.

O Paraíba do Sul abastece, originalmente, o Rio Tietê. Há 50 milhões de anos, movimentos tectônicos forçaram o rio a fazer um cotovelo e seguir o curso na direção do estado do Rio.



O PROBLEMA DA EROSIÃO

Nas últimas duas décadas, na foz do Rio Paraíba do Sul, em São João da Barra, o mar avançou 7,5 metros por ano costa adentro, destruindo cerca de 400 casas. Especialistas são unânimes ao afirmar que o enfraquecimento do rio na foz, provocado pela barragem de Santa Cecília (que abastece 80% da Região Metropolitana do Rio) e a degradação ambiental influenciaram na erosão da terra, mas há quem garanta que, apesar da influência do rio, o mar avançaria sobre o litoral por um fenômeno natural.

A SÉRIE

- DOMINGO: O risco de colapso no Paraíba do Sul
- SEGUNDA: Os peixes deformados do fundo do rio
- TERÇA: O esgoto das prefeituras no Médio Paraíba
- QUARTA: Algas tóxicas matam cobaias no Funil
- QUINTA: As lagoas ameaçadas do Paraíba
- AMANHÃ: A cobrança pelo uso da água do rio

a duração — sustenta Guizan. Para Limeira, um indicio de que a força do Paraíba influencia o comportamento da faixa litorânea é a erosão no entorno da área onde ficava a antiga foz do rio, no Cabo de São Tomé.

— Desde que o rio mudou seu curso e passou a desembocar em Atafona, São Tomé vem perdendo gradativamente a faixa litorânea, à semelhança do que pode estar acontecen-

do agora em Atafona.

Os estudos acadêmicos não interessam ao ex-jogador de futebol Elmo de Alvarenga, de 62 anos. Olhar perdido no mar, ele tenta mostrar onde ficava sua casa, hoje submersa atrás da arrebentação.

— Minha casa foi destruída há três anos. O mar come a terra por todos os lados, ainda vai comer isso tudo aqui. Teve gente que montou barragem

com três mil sacos de cimento, achando que dava para segurar a natureza. Ilusão.

Repórteres do GLOBO estiveram em Atafona e observaram bares e hotéis destruídos. Nos muros, a inscrição "O apocalipse chegou" é um sinal de que, para a comunidade, trate-se da ira divina. Dizem os antigos pescadores que o mar avançou depois que construíram a Capela de Nossa Senhora dos Navegantes de costas para o oceano. O prefeito de São João da Barra, Alberto Dauaire Filho, reage a seu modo

— Desde 1997, foram construídas 73 casas populares para os pescadores que perderam suas residências. Contratou um engenheiro que disse ser possível fazer o mar parar de avançar em Atafona. ■

Paraíba abastece o Tietê

• O Paraíba do Sul, em outros tempos, não corria para o Rio de Janeiro. Em seu trecho inicial, segundo Cláudio Limeira, professor de geologia e geociências da UFRJ, o manancial era cabeceira do Rio Tietê, em São Paulo. Os cariocas foram salvos há 50 milhões de anos, quando movimentos tectônicos associados à separação das placas continentais da África e da América criaram uma depressão chamada rift continental, por onde corre, hoje, o rio:

— O trecho inicial do Paraíba, da nascente até Guararema, abastece o Tietê. Se você observar no mapa, há um cotovelo, como se o manancial fosse desviado à força para o Rio. Isso ocorreu há milênios por movimentos tectônicos que modificaram o curso do rio.

Ele explica que até a altura de Pádua o rio corre encaixado na mesma depressão:

— O Vale do Paraíba se estende até a altura de Pádua. A partir daí, há um abandono da estrutura tectônica e o rio corre para a Bacia de Campos, formando uma estrutura chamada Delta do Paraíba (construção fluvial provocada pela deposição de sedimentos na foz).

Antes de desembocar, o rio sofreu outra alteração geológica. A foz, originalmente, era no Cabo de São Tomé, e outra mudança no curso fez com que ele desembocasse no mar de Atafona:

— Isso ocorreu há seis mil anos. O Cabo de São Tomé existe por causa da deposição de sedimentos na foz. Formou-se uma protuberância no litoral da região.

MORTE ANUNCIADA

Cobrança por uso de água alimenta polêmica

Comitê do Paraíba do Sul quer que Serla repasse percentual maior para investimentos na despoluição do rio

Tullio Brandão

• A água do maior rio do estado está no centro da briga entre a Superintendência Estadual de Rios e Lagoas (Serla) e o Comitê para a Integração da Bacia do Paraíba do Sul (Ceivap). O órgão do governo, à semelhança do Ceivap em relação ao Paraíba, instituiu este mês a cobrança pelo uso dos recursos hídricos do Rio Guandu. A lei estadual que criou a taxa prevê o repasse de 15% do valor arrecadado para o comitê, como pagamento pela transposição das águas do Paraíba para o Guandu, através da barragem de Santa Cecilia. O Ceivap, no entanto, discorda do percentual oferecido.

Se considerássemos o volume transposto do Paraíba para o Guandu, teríamos que mudar completamente a cobrança. Dos 130 mil litros por segundo, colaboramos com 110, o que representa mais de 90% do total da vazão. Mas estamos em busca de um entendimento — diz o coordenador do Ceivap, Cláudio Serricchio.

O presidente da Serla, Icaro Moreno Júnior, acha 15% um valor razoável, sobretudo quando considera que o percentual equivale a mais do que o total



Gabriel de Paiva

O RIO PARAÍBA do Sul: parte da água é transposta para o Guandu através da barragem de Santa Cecilia

arrecadado com o Paraíba:

— Contribuiremos com R\$ 7,9 milhões por ano, mais do que o Ceivap arrecadou no ano passado com o Paraíba. A transposição foi feita para o sistema elétrico antes de pensarem em cobrança. Portanto, a transposição é histórica. O estado não pretende repassar mais que 15%. Está na lei.

A Serla emitiu o primeiro boleto de cobrança da água bruta

(sem tratamento) do Guandu na quarta-feira. Pretende arrecadar, por mês, R\$ 4,4 milhões, de oito grandes empresas instaladas às margens do rio, que captam água e despejam efluentes. O órgão estadual também iniciou, em janeiro, a taxa pelo uso das águas dos afluentes do Paraíba do Sul.

— Já temos R\$ 284 mil em caixa e arrecadamos, por mês, R\$ 194 mil. A idéia é repassar ao

Ceivap apenas se o investimento for feito no Estado do Rio, já que os outros estados participantes do comitê, Minas Gerais e São Paulo, ainda não cobram pela água. Não vamos bancar com a nossa cobrança obras em outros estados — diz Icaro. Serricchio lamenta que a lei, de dezembro, dê poder de cobrança a um órgão estadual quando se discute a gestão integrada de rios:

— Fazer valer a lei, na lógica, é jogar fora todo o princípio, duramente conquistado, de descentralização dos comitês gestores de bacia.

No Paraíba do Sul, a cobrança coordenada pelo Ceivap completou um ano em março, com um balanço de R\$ 5,8 milhões. No entanto, a Companhia Siderúrgica Nacional (CSN), maior contribuinte individual da bacia — capta mais água que os municípios — não aceita a taxa. Desde setembro, deposita o pagamento em juízo, tirando do Ceivap em torno de R\$ 160 mil mensais. Segundo a empresa, faltam garantias de que o dinheiro arrecadado será destinado a investimentos na recuperação do Paraíba do Sul.

Outro argumento da CSN é a suposta impossibilidade de se cobrar por um produto cuja qualidade não é controlada.

Serricchio diz que a CSN decidiu não pagar depois de a verba do ano passado ter sido retida pelo governo federal. Ele lembra, no entanto, que a Agência Nacional de Águas (ANA), responsável pelo recolhimento, garantiu o repasse integral dos recursos ao Ceivap.

— Todos os valores estão sendo aplicados na bacia.

O presidente da ANA, Jerson Kelman, garantiu que a verba de 2004 não será retida pelo governo federal:

— A cobrança é legítima, castiga os poluidores. Quem não paga está inscrito na dívida ativa.

Ainda falta muito, no entanto, para recuperar a Bacia do Paraíba. Segundo o Ceivap, o investimento total na despoluição do rio está orçado em R\$ 3 bilhões. A arrecadação deste ano deve ser de R\$ 9 milhões. ■

A SÉRIE

- **DOMINGO:** O risco de colapso no Paraíba do Sul
- **SEGUNDA:** Os peixes deformados do fundo do rio
- **TERÇA:** O esgoto das prefeituras no Médio Paraíba
- **QUARTA:** Algas tóxicas matam cobaias no Funil
- **QUINTA:** Os pits ameaçados do Baixo Paraíba
- **ONTEM:** Na faz, 400 casas destruídas pelo mar
- **AMANHÃ:** Dos reservatórios à torneira, a crise da água no estado

(17 de Abril de 2004)



UMA PARTE do antigo Bar de Julinho ainda resiste ao avanço do mar com as marés altas



EM MUITAS áreas do Pontal, os escombros das casas tem sido encobertos pelas dunas

Maré alta e apreensão no Pontal

Será mais crítico até o sábado

Desde ontem o pontal de Atafona está enfrentando mais um período de maré alta. Mas desta vez nenhuma residência deve ser derrubada pela força das águas do Atlântico. A maré alta coincide com a lua cheia e só deve terminar no domingo. A Defesa Civil espera que na sexta-feira e no sábado o mar alcance seu ponto mais alto durante a madrugada e na parte da tarde.

Segundo Evaristo Ferreira de Souza, coordenador da Defesa Civil de São João da Barra, se o mar avançar muito pode derrubar escombros de casas que já foram

demolidas, mas não residências que ainda estão de pé.

— Algumas famílias continuam ocupando o que nós chamamos de área de risco, mas isso não significa que elas vão ser atingidas com esta maré —, relata Evaristo.

As famílias a que ele se refere moram em casas que em outras marés cheias foram interditadas e desocupadas, mas que foram reocupadas irregularmente quando o mar recuou.

— Elas estão avisadas do risco, mas o mar não deve chegar até elas e se chegar perto, estamos preparados para agir emergencialmente

na transferência —, revela.

Para o coordenador da Defesa Civil o processo de avanço do mar em Atafona já virou uma preocupação rotineira.

Ele explica que o mar no pontal está avançando em alguns pontos e recuando em outros. Há pouco mais de 30 anos o mar destrói tudo o que encontra pela frente.

Vários quarteirões já foram engolidos pela força das águas. Com o vento forte, é grande também o acúmulo de areia na Avenida Atlântica, no trecho próxima a área do Pontal. O local atrai um grande número de turistas.



PARA A Defesa Civil, o acompanhamento de situação no local entrou na rotina das operações



MAR AVANÇA NO PONTAL - Começou ontem e só termina no domingo o período de maré alta no Pontal de Atafona. O período coincide com a lua cheia e a Defesa Civil espera que as marés mais altas aconteçam na sexta-feira e no sábado, durante a madrugada e na parte da tarde. Mas desta vez não estão previstas quedas de casas que resistiram aos últimos 30 anos de avanço do mar. Segundo Evaristo Ferreira de Souza, coordenador da Defesa Civil de São João da Barra, já não existem mais casas para serem demolidas e se o mar avançar até onde se espera deve atingir escombros de casas que já foram demolidas. (Pág.7)



Aos poucos, Atafona vai perdendo prédios e ruas Foto: Paulo Damasceno

Fenômeno que destrói o Pontal é da década de 40

O quadro que a fúria do mar desenha no Pontal de Atafona, município de São João da Barra, tem atraído turistas e estudiosos de toda parte do Brasil e até de outros países. O Diário vem desdobrando o assunto com pessoas que testemunham o fenômeno

de perto e uma delas é o professor Helvio Santafé, 74 anos, atafonense praticamente de nascença. Ele faz coro com tantos outros apaixonados pela praia e afirma: "esse fenômeno é típico do litoral e a destruição começou na década de 40".

(6 de Janeiro de 2004)

| POLÊMICA EM ATAFONA |

Retirada de areia vira caso de polícia

DIOMARCELO PESSANHA

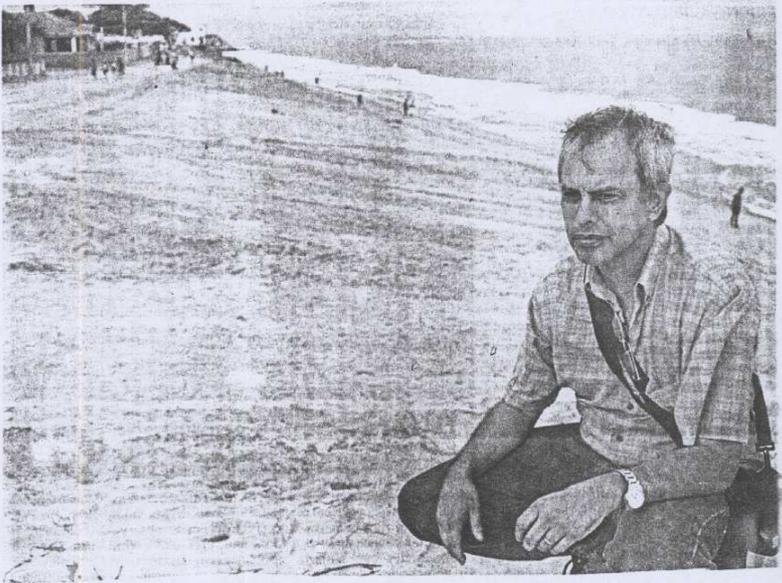
Desobstrução do final da Avenida Atlântica, em Atafona, em ação que derrubou dunas na praia, será investigada

ALUYSSIO ASBEU BARROSA
(aluyssio@fmanha.com.br)

Ao não distinguir a desobstrução do final da Avenida Atlântica, em Atafona, para facilitar a vida dos veranistas, do desrespeito à integridade do meio ambiente, a prefeitura de São João da Barra poderá ser indiciada, pela Polícia Federal (PF), por crime ambiental. Executada por ordem do secretário municipal de meio ambiente, Alcides da Silva Santos, a ação da prefeitura, entre os dias 29 e 31 de dezembro, não se limitou à remoção da areia que havia tomado parte da pista, e derrubou as dunas entre o asfalto e o mar, num trecho de cerca de 200 metros. Além das dunas, e da vegetação que as cobrem, serem protegidas por legislação federal, o secretário já tinha feito a mesma coisa, numa extensão ainda maior da praia, em 23 de outubro de 1999, como a Folha noticiou, com exclusividade, à época.

A partir de denúncia do professor e ecologista Aristides Soffiati, o delegado titular da PF em Campos, Carlos Pereira, enviou uma equipe de três agentes ao local, no final da tarde de ontem, para efetuar uma diligência. O relatório dos agentes, incluindo levantamento fotográfico, só será concluído e entregue hoje às mãos do delegado, quando poderá se pronunciar oficialmente.

Mesmo sem estar de posse do relatório, Carlos Pereira afirmou que, diante das evidências de intervenção constatadas pelos agentes, hoje mesmo estará abrindo inquérito para apurar o fato. Ele



(6 de Janeiro de 2004)

| NOVO CAPÍTULO |

Engenheiro quer alavancar turismo

Lindroth diz que atuará com equipe para desenvolver Atafona

O engenheiro civil Guilherme Lindroth informou, ontem, que terá uma equipe multidisciplinar para atuar na recuperação da praia de Atafona. Segundo ele, a equipe irá trabalhar na parte de desenvolvimento turístico do balneário. "Para a obra de contenção não é preciso", explicou. Na edição de ontem da *Folha*, ambientalistas alegaram a necessidade de que vários profissionais sejam ouvidos, para o projeto da obra. Ainda ontem, o analista ambiental do Instituto Brasileiro de Meio Ambiente e Recursos Naturais Renováveis (Ibama), Jefferson Figueira de Mello, esteve no balneário, após receber denúncia de que as dunas estariam, novamente, sendo retiradas, o que não se confirmou.

Lindroth enviará o relatório com as sugestões para deter o avanço do mar em aproximadamente uma semana. Ele reafirmou que as obras de contenção deverão incluir a construção de gabões — barreiras de pedras. Um pequeno trecho do Paraíba poderá ser drenado para a realização de engordamento — colocação de areia na parte que já sofreu com a erosão.

Para o engenheiro, Atafona poderá passar a receber turistas de várias partes do país e do mundo, por sua vocação natural para os esportes náuticos, em razão dos ventos. Além disso, ressalta, o lugar é ideal para pesca de peixes como Marlin.

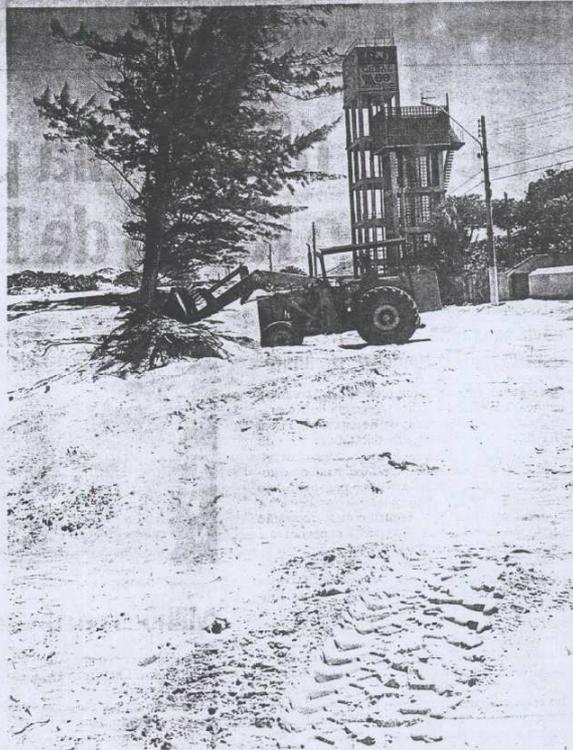
— Tenho amigos que saem de Curitiba para pesca em alto mar nesta área. Este município está pedindo desenvolvimento — opinou.

Contatado pelo promotor de Justiça de São João da Barra, Leandro Manhães, Lindroth está prestando consultoria à prefeitura para montar projeto para conter o avanço do mar, que já destruiu mais de 400 casas em três décadas. (S.M.)

Ibama volta à praia após nova denúncia

A denúncia de que as dunas próximas à caixa d'água estariam sendo, novamente, retiradas fez com que o analista ambiental Jefferson Figueira de Mello se dirigisse à praia ontem. Mas, segundo ele, o que estava acontecendo era o trabalho de varredura, que deveria ser feito todo dia para evitar que areia invada o asfalto.

No último dia cinco, após outra denúncia, uma equipe de três agentes da Polícia Federal esteve na praia para constatar retirada das dunas pela secretaria de Meio Ambiente. Os agentes realizaram levantamento fotográfico. Professor Aristides Sofiati, que fez a denúncia no início do mês, diz que "a intervenção da secretaria de Meio Ambiente de São João da Barra sobre as dunas fere a legislação em três pontos: letra F, do artigo 2º, da Lei Federal 4771/65, que é o Código Florestal; na resolução nº 303 do Conselho Nacional de Meio Ambiente".



AÇÃO Ontem os tratores da prefeitura faziam o trabalho de varredura da avenida Atlântica

(30 de Janeiro de 2004)